

Comunicado

Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998

Balço Patrimonial - Ambulatório Médico de Especialidades - AME Idoso Sudeste - SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Ambulatório Médico de Especialidades - AME Idoso Sudeste

CNPJ : 61.699.567/0071-03

Nota da Administração



Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - Ambulatório Médico de Especialidades - AME Idoso Sudeste**. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30 de abril de 2020. São Paulo, 28 de fevereiro de 2020. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Diretor-Presidente da SPDM.

Demonstrações Contábeis Comparativo dos Balanços Patrimoniais			Exercícios encerrados em 31 de dezembro 2019 - Valores em Reais			Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos		
Ativo	2019	2018	Passivo	2019	2018	Exercícios encerrados em 31 de dezembro 2019 - Valores em Reais	2019	2018
Ativo Circulante	19.578.050,32	12.228.861,55	Passivo Circulante	19.578.050,32	12.228.861,55	Receitas		
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 3.1)	2.311.711,88	2.311.711,88	Fornecedores (Nota 3.10)	92.605,82	78.247,16	Receita Bruta de Serviços		
Bancos conta movimento (Nota 3.1)	415,96	336,94	Serviços de Terceiros P. Jurídica (Nota 3.10.1)	146.832,03	156.181,67	Prestados com Restrições	12.447.338,10	11.246.657,79
Aplicações Financeiras (Nota 3.2)	818.615,30	2.311.374,94	Serviços de Terceiros P. Física (Nota 3.10.1)	68,70	-	Secretaria de Saúde do Estado (Nota 4.1)	12.378.779,51	9.379.173,10
Contas a Receber nota (Nota 3.3)	18.612.074,15	9.640.806,12	Salários a pagar (Nota 3.11)	391.172,76	358.653,07	Isenção usufruída - INSS		
Secr. Saúde do Est. S. Paulo -			Contribuições a recolher (Nota 3.12)	100.189,61	91.329,47	Serv. Próprios (Nota 9.1)	1.714.257,70	1.546.866,10
AME Idoso Sudeste (Nota 3.3.1)	18.571.140,48	8.666.663,79	Provisão de férias (Nota 3.13)	601.040,41	505.241,82	Isenção usufruída - INSS Serv. Terceiros		
Valor Estimado Rescisão de Contrato	-	974.142,33	Provisão de FGTS sobre férias (Nota 3.13)	48.046,88	40.349,92	Isenção usufruída - COFINS (Nota 9.2)	309.491,75	281.375,18
Outros Créditos (Nota 3.4)	40.933,67	42.450,37	Provisão PIS s/ 13º Salário e férias (Nota 3.13)	-	5.052,40	Isenção usufruída - PIS (Nota 9.3)	29.116,86	-
Antecipações Salariais	40.933,67	41.155,87	Estimativa de Rescisão			Outros Trabalhos Voluntários (Nota 9.4)	9.521,58	4.572,19
Outros créditos e adiantamentos (Nota 3.4.1)	-	450,00	Contratual (Nota 3.17)	1.346.480,03	974.142,33	Estrutura SPDM	68.558,59	31.477,42
Adiantamento SPDM	-	844,50	Impostos a recolher (Nota 3.14)	102.103,18	83.580,15	(+) Outras Receitas com Restrições	7.202,31	2.182,46
Despesas Pagas Antecipadamente	3.191,49	3.427,01	Obrigações Tributárias (Nota 3.15)	19.358,67	20.185,60	Financeiras	6.804,52	2.182,46
Prêmios de seguros e outros a vencer (Nota 3.6)	3.191,49	3.427,01	Outras contas a pagar (Nota 3.18)	13.017,19	-	Doações Recebidas (Nota 4.3)	397,79	-
Estoques (Nota 3.5)	143.753,42	230.466,17	Estrutura SPDM	5.320,31	-	(=) Receita Líquida com Restrições	12.454.540,41	11.248.840,25
Materiais utilizados no			Convênios/Contratos			Custos e Despesas		
setor de nutrição (Nota 3.5)	9.134,88	9.571,78	públicos a realizar (Nota 3.16)	18.058.294,76	9.915.897,96	(-) Custos dos Serviços		
Materiais utilizados no			Passivo não Circulante	11.534.720,92	28.607.225,08	Prestados com Restrições (Nota 4.2)	8.610.859,64	8.052.359,26
setor de farmácia (Nota 3.5)	14.854,78	17.488,89	Imobilizado - Bens de terceiros (Nota 3.9)	1.327.754,15	996.570,14	(-) Serviços - Pessoal Próprio	5.647.646,13	5.315.739,63
Materiais Almoxxarifado (Nota 3.5)	119.763,76	203.405,50	Ajustes vida útil econômica -			(-) Serviços - Terceiros P. Jurídica	1.231.714,60	1.141.495,46
Ativo não Circulante	11.534.720,92	28.607.225,08	Bens Móveis de terceiros (Nota 3.9.1)	(425.083,50)	(246.055,78)	(-) Serviços - Terceiros P. Física	-	4.719,58
Ativo realizável a Longo Prazo	10.632.050,27	27.856.710,72	Convênios/Contratos públicos			(-) Mercadorias	309.750,01	269.837,75
Contratos/Convênios Públicos			a realizar (Nota 3.16)	9.285.570,24	27.856.710,72	(-) Tributos	-	-
a Receber (Nota 3.7)	9.285.57,24	27.856.710,72	Total do Passivo	31.112.771,24	40.836.086,63	(-) Isenção usufruída - INSS Serv. Próprios	1.414.382,25	1.315.050,74
Valor Estimado - Rescisão			Patrimônio Líquido (Nota 5)	-	-	(-) Isenção usufruída - INSS Serv. Terceiros	-	943,91
de Contrato (Nota 3.8)	1.346.480,03	-	Resultado do Exercício	-	-	(-) Outros Trabalhos Voluntários	7.366,65	4.572,19
Ativo Imobilizado - Bens Moveis (Nota 3.9)	1.165.747,07	646.020,12	Total do Passivo e do	31.112.771,24	40.836.086,63	(=) Superávit/Déficit Bruto com Restrições	3.843.680,77	3.196.480,99
Imobilizado - Bens de Moveis (Nota 3.9)	1.165.747,07	834.563,06	Patrimônio Líquido	31.112.771,24	40.836.086,63	(-) Despesas Operacionais	3.843.680,77	3.196.480,99
Ajuste vida útil-Bens de Moveis-(Nota 3.9.1)	(323.739,29)	(188.542,94)	Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado					
Ativo Intangível (Nota 3.9.1)	162.007,08	104.494,24	Exercícios encerrados em 31 de dezembro 2019 - Valores em Reais					
Intangível-Bens de Moveis (Nota 3.9.1)	162.007,08	162.007,08	2019					
Ajuste vida útil-Bens de Moveis (Nota 3.9.1)	(101.344,21)	(57.512,84)	2018					
Total do Ativo	31.112.771,24	40.836.086,63	1 - Receitas	12.447.735,89	11.246.657,79	1.1) Prestação de serviços	10.394.471,79	9.417.472,60
Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa								
Exercícios encerrados em 31 de dezembro 2019 - Valores em Reais								
Fluxos de caixa das atividades operacionais	2019	2018	1.2) Outras Receitas (-) Receitas			1.2) Outras Receitas (-) Receitas		
Superávit/Déficit do exercício/período	-	-	Anuladas do Exec. An	397,79	-	1.3) Isenção usufruída sobre contribuições	2.052.866,31	1.829.185,19
Ajustes p/conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			2 - Insumos Adquiridos	2.904.844,04	2.760.908,75	de Terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Depreciação e amortização	-	-	2.1) Custo das mercadorias			utilizadas nas prestações d	309.750,01	269.837,75
Resultado na venda/baixas de ativos imobilizado	-	-	2.2) Materiais, energia, serviços			de terceiros e outro	2.173.443,32	2.178.061,27
Ajuste nas contas patrimônio líquido	-	-	2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	331.184,01	214.106,04	2.4) Outro	90.466,70	98.903,69
Variações nos ativos e passivos			3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	9.542.891,85	8.485.749,04	4 - Retenções		
(Aumento) Redução em contas a receber	(8.930.334,36)	14.243.212,12	5 - Valor Adicionado Líquido	9.542.891,85	8.485.749,04	Produzido pela Entidade (3-4)	9.542.891,85	8.485.749,04
(Aumento) Redução outros créditos	17.226.177,15	(3.838.078,33)	6 - Valor Adicionado Recebido	6.084,52	2.182,46	em Transferência	6.084,52	2.182,46
(Aumento) Redução de despesa antecipadas	235,52	41,28	6.1) Receitas financeiras	6.084,52	2.182,46	7 - Valor Adicionado Total (5+6)	9.549.696,37	8.487.931,50
(Aumento) Redução em estoques	86.712,75	(794,93)	7 - Valor Adicionado Total (5+6)	9.549.696,37	8.487.931,50	8 - Distribuição do Valor Adicionado	9.549.696,37	8.487.931,50
Aumento (Redução) em fornecedores	5.009,02	25.872,57	8.1) Pessoal e encargos	7.329.293,47	6.560.393,44	8.1) Pessoal e encargos	7.329.293,47	6.560.393,44
Aumento (Redução) nas doações			8.2) Impostos, taxas e contribuições	2.826,05	3.612,95	8.2) Impostos, taxas e contribuições	2.826,05	3.612,95
e subvenções/contratos de gestão	(9.082.263,65)	(11.031.873,01)	8.3) Juros		23,62	8.3) Juros		23,62
Aumento (Redução) em contas			8.4) Aluguéis	164.710,54	94.716,30	8.4) Aluguéis	164.710,54	94.716,30
a pagar e provisões	(798.217,05)	368.255,63	8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	2.052.866,31	1.829.185,19	8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	2.052.866,31	1.829.185,19
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	152.156,29	179.354,03	8.6) Estrutura SPDM			8.6) Estrutura SPDM		
Caixa Líquido consumido	(1.340.524,33)	(54.010,64)	8.7) Déficit ou Superávit do Exercício			8.7) Déficit ou Superávit do Exercício		
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			aprovou a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. 2.1 - Formalidade da escrituração contábil - resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000): A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19 de dezembro de 2.013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. 2.2 - Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Ambulatório Médico de Especialidades - AME Idoso Sudeste, Rua Domingos de Moraes, 1.947 - Vila Mariana, São Paulo - SP CEP 04009-003, CNPJ nº 61.699.567/0071-03. 3 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações: Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002.) e suas alterações. Em 2016 a SPDM ajustou seu plano de contas no sentido de atender aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. Foram reestruturadas as contas dos grupos do Ativo e Passivo para classificá-las em Circulante e Não Circulante conforme determinação legal. As contas do Passivo relacionadas ao fornecimento de materiais e serviços passaram a ser classificadas pelo CNPJ do fornecedor/prestador. A nova estrutura nos possibilitou reclassificar o grupo de despesas para segregá-lo entre Custos, para contemplar atividades diretamente ligadas à atividade fim, e Despesas com atividades de suporte administrativo. Para suportar as novas contas foram realizados ajustes entre as contas contábeis de modo a permitir a correta transferência de saldos bem como garantir sua exatidão no SPED, sistema de escrituração digital do governo federal. 3.1- Caixa e Equivalentes de Caixa: Os valores contabilizados neste sub-grupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias. Os recursos financeiros disponíveis para a unidade gerenciada são mantidos em conta corrente bancária oficial e caixa e representam em 31.12.2019 o montante de R\$ 819.031,26 conforme demonstrado no quadro abaixo:					
Aumento (Redução) em contas			Saldo em Banco	415,96	336,94	Valores em Reais		
a pagar e provisões	(798.217,05)	368.255,63	Saldo Aplicação Financeira	818.615,30	2.311.374,94	31.12.2019	31.12.2018	
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	152.156,29	179.354,03	Caixa e Equivalentes de Caixa	819.031,26	2.311.711,88	Materiais utilizados no setor de Nutrição	9.134,88	9.571,78
Caixa Líquido consumido pelas atividades operacionais	(1.340.524,33)	(54.010,64)	Total					
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			143.753,42					
(+) Recebimento pela venda de ativo imobilizado	-	-	3.6 - Despesas Pagas Antecipadamente: As despesas antecipadas são aquelas pagas ou devidas com antecedência, mas referindo-se a períodos de competência subsequentes. Representam valores referentes a prêmios de seguros de veículos e de imóveis. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil da Continuidade. Os valores segurados são definidos pelo valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. 3.7 - Valores a receber - Ativo não Circulante: Os valores registrados nesta conta em 2019 representam valores a receber de longo prazo, relativos ao Contrato de Gestão nº 001.0500.000.006/2016, proveniente da Secretaria de Estado da Saúde, totalizaram R\$ 9.285.570,24.					
(-) Aquisição de imobilizado	-	-	Valores a Receber em 31/12/2019 (Em Reais)					
(-) Adição de Bens de Terceiros	(152.156,29)	(179.354,03)	Saldo em 31/12/2019					
(-) Adição de Bens intangíveis	-	-	Custeio					
Caixa líquida consumido pelas atividades de investimentos	(152.156,29)	(179.354,03)	9.285.570,24					
Fluxos de caixa das atividades de Financiamentos			Total de Valor a Receber					
Captação de Empréstimo e financiamento	-	-	3.8 - Estimativa Rescisão Contratual: A entidade entendeu por bem realizar uma estimativa de rescisão contratual, em contas de ativo e passivo, em caso de rescisão unilateral dor parte do órgão público contratante. Devido a sua relevância, a estimativa leva em consideração os valores para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2019, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:					
(-) Pagamentos de Empréstimo e financiamentos	-	-	Saldo Final em					
Juros pagos por empréstimo	-	-	31.12.2019					
Caixa líquida consumido pelas atividades de financiamentos	-	-	31.12.2018					
Aumento (Redução) de Caixa			Estimativa Rescisão Contratual					
e Equivalentes de Caixa	(1.492.680,62)	(233.364,67)	Aviso Prévio indenizado					
Saldo inicial de Caixa e equivalente	2.311.711,88	2.545.076,55	Multa FGTS Rescisória (50%)					
Saldo final de caixa e equivalente	819.031,26	2.311.711,88	Total					
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2.019 e 2.018								
Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras. A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. Características da Unidade Gerenciada: Em abril/2012 foi apresentado pela SPDM para a Secretaria de Estado da Saúde, o projeto Centro de Referência Para o Idoso (CRI - Vila Mariana) baseado na experiência da equipe em cinco anos de trabalho na gestão do Cs1 Vila Mariana no período de 2007-2012. Após dois anos fechado para obras, em 18 de julho de 2016 é inaugurado o Ambulatório Multidisciplinar Especializado no Idoso - Ame Idoso Sudeste. Com atendimento médico especializado em diversas áreas, métodos diagnósticos, fisioterapia e grupos de convivência e atividades físicas. A partir da Resolução SS 11 de 17.02.2016 DOE 18.02.2016 iniciou em 01.06.2016 a Gestão da SPDM- Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina e o Estado de São Paulo, firmando o contrato de gestão processo nº 001.0500.000.006/2016. O presente Contrato de Gestão tem por objeto a operacionalização da gestão e execução pela contratada, das atividades e serviços na saúde no Ambulatório Médico de Especialidades-AME Idoso Sudeste. O Contrato de Gestão possui prazo de 60 (Sessenta) meses com vigência de 01.06.2016 a 01.06.2021, com valor global estimado de R\$ 61.575.107,52 (sessenta e um milhões quinhentos e setenta e cinco mil cento e sete reais e cinquenta e dois centavos), totalizando para o período de 60 meses, sendo que R\$ 59.653.774,69 (Cinquenta e nove milhões seiscentos e cinquenta e três mil, setecentos setenta e quatro reais e sessenta e nove centavos) para custeio e R\$ 1.921.332,83 (um milhão novecentos e vinte e um mil, trezentos e trinta e dois reais e oitenta e três centavos) para investimento a conta do Programa de Trabalho 10.302.0930.4852.0000, do código de despesa nº 44.50.42, do orçamento em vigor. Recurso previsto para o exercício 2019 é de R\$ 8.666.663,79 conforme T.A 01.2019. 1 - Imunidade Tributária: A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. 2 - Apresentações das Demonstrações Contábeis: Na elaboração das demonstrações financeiras de 2019, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que								

continua >

continuação Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

Descrição	Posição em 31/12/2018	Aquisição do Exercício	Baixa	Posição em 31/12/2019
Imobilizado-Bens de Terceiros	996.570,14	331.184,01	-	1.327.754,15
Bens Móveis	996.570,14	331.184,01	-	1.327.754,15
Apar Equip Utens Med Odont Lab	427.527,88	272.816,02	-	700.343,90
Equip Processamento de Dados	256.859,48	39.389,03	-	296.248,51
Mobiliário em Geral	91.488,94	12.970,97	-	104.459,91
Maq Utens e Equip Diversos	19.255,09	4.717,99	-	23.973,08
Apar e Utens Domesticos	30.812,67	-	-	30.812,67
Equip p/Audio Video e Foto	8.619,00	-	-	8.619,00
Outros Materiais Permanentes	-	1.290,00	-	1.290,00
Sotwares	162.007,08	-	-	162.007,08
Total Imobilizado - Terceiros	996.570,14	331.184,01	-	1.327.754,15

Segundo o inciso II do § 3º do art. 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo do Ajuste da Vida Útil, exaustão e amortização".

3.9.1 - Ajuste Vida Útil Econômica - Bens Móveis: A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.8 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado. **3.10 - Fornecedores de Mercadorias:** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **3.10.1 - Fornecedores de Serviços PF/PJ:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiras pessoas física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços gerais como limpeza e vigilância e segurança. Manutenções preventivas, consultoria e Auditoria, Serviços de remoções etc. **3.11 - Salários a Pagar:** De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência.

3.12 - Contribuição a Recolher: Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS. Cujos valores são recolhidos mensalmente nas respectivas datas de vencimentos, conforme legislação vigente INSS até o dia 20 do mês subsequente, FGTS até o dia 07 do mês subsequente, dos quais caso este dia caia em dia não útil, este é antecipado para o dia útil anterior a data limite.

3.13 - Provisão Férias e Encargos (Férias, FGTS e 13º Salário): Referem-se às Provisões de Férias e encargos, dos quais estes foram provisionados, com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, determinados com base na remuneração mensal dos colaboradores e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objeto da provisão na data da elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência e conforme informações fornecidas pelo setor responsável pelas mesmas.

3.14- Impostos a Recolher: Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF CLT e ISS. Cujos valores são recolhidos mensalmente nas respectivas datas de vencimentos, conforme legislação vigente IRRF até o dia 20 do mês subsequente, ISS até o dia 10 do mês subsequente, dos quais caso este dia caia em dia não útil, este é antecipado para o dia útil anterior a data limite.

3.15-Obrigações Tributárias: A obrigação tributária de acordo com o §1º do art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o saldo final a pagar em 2019 referentes aos impostos citados acima foi de R\$ 19.358,67 e em 2018 foi de R\$ 20.185,60.

3.16 - Convênio/Contratos Públicos a Realizar (Circulante e não Circulante): De acordo com a Resolução 1.305/10 (NBC TG 07 R1) Item 15A e Resolução 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em curto prazo em 31.12.2019 representa R\$ 18.058.294,76 a realizar em longo prazo representa R\$ 9.285.570,24.

3.17 - Estimativas Contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.18 - Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valores históricos, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **3.19 - Bens de terceiros:** Vide nota explicativa 3.8. **4 - Origem e Aplicação dos Recursos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores

referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **4.1 - Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios são de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R1) Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios.

4.1.1 - Rendimentos sobre Aplicação Financeira - Receitas Financeiras com Restrição: Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos à Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamental. Em 2019 tais valores representam o montante de R\$ 80.926,36.

4.2 - Custos e Despesas Operacionais: Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **4.3- Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC Nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo

8 - Relatório de Execução do Contrato de Gestão

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Provisão de Férias	601.040,41	R\$ 432.038,86
Provisão de FGTS p/Férias	48.046,88	R\$ 34.563,08
Provisão de Pis s/ Férias	-	R\$ 4.320,37

Relatório de Execução Orçamentária - Exercício 2019

Receitas	Custeio	Investimento
Repasses do Contrato	R\$ 8.541.897,03	-
Receitas Financeiras e Outras Receitas	R\$ 80.460,15	-
Total das Receitas	R\$ 8.625.357,18	-

Despesas	Custeio	Investimento
Despesas com Pessoal	R\$7.179.583,23	-
Despesas com Materiais, Serviços e Outras Despesas	R\$ 2.514.727,51	R\$ 423.727,06
Total das Despesas	R\$ 10.118.037,80	R\$ 423.727,06

9 - Isenções e Contribuições Sociais Usufruídas: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834 de 26/04/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 30 de outubro de 2017, a entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme processo SIPAR nº 25000.463598/2017-21, o qual aguarda deferimento pelo Ministério. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício de 2019 se encontram registrados em contas específicas de receita e totalizou R\$ 2.052.866,31. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834/16 de 26/04/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes a COFINS, PIS sobre folha de pagamentos, INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros PF.

9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados: Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2019, da isenção da

Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montada em 2019 é de R\$ 1.714.257,70 e em 2018 é de R\$ 1.546.866,10. **9.2 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2019 de R\$ 309.491,75 e em 2018 R\$ 281.375,18. **9.3 - Isenção para PIS sobre a Folha de Pagamento:** Em virtude do Acórdão Publicado em 03.07.2019 pelo Desembargador Marcelo Mesquita Saraiva, nos Embargos de Declaração em Apelação/Remessa Necessária nº 0027951-41.2004.4.03.6100/SP - 2004.61.00.027951-7/SP, a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina garantiu o direito a manutenção da imunidade ao PIS sobre a folha de pagamento, cabendo a restituição de valores recolhidos em anos anteriores, devidamente corrigidos pela taxa Selic, como prevê o acórdão abaixo. A unidade estima recuperar o montante de R\$ 144.011,39 pagos no período de 2016 a 2019 mediante apresentação dos respectivos comprovantes em processo judicial a ser movido no primeiro semestre de 2020.

9.5 - Trabalho Voluntário: Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntário, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A instituição possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Em 2019, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.154,93; em 2018 estes valores foram de R\$ 2.249,89. Enquanto os outros trabalhos voluntários em 2019 totalizaram R\$ 7.366,65; em 2018 estes os valores apurados foram de R\$ 4.572,19. **10 - Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. No Exercício de 31/12/2019 o saldo dessa conta é de R\$ 3.191,49. **11 - Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de dezembro de 2019.

Washington de Oliveira da Silva - Contador - CRC 271587/O-9

Relatório dos Auditores Independentes

Opinião sobre as Demonstrações contábeis: Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Ambulatório Médico de Especialidades - AME Idoso Sudeste que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as Demonstrações Contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, como informação suple-

Descrição	Posição em 31/12/2018	Aquisição do Exercício	Baixa	Posição em 31/12/2019
Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros	(245.285,78)	179.797,72	-	(425.083,50)
Bens Móveis	(245.285,78)	179.797,72	-	(425.083,50)
Apar Equip Utens Med Odont Lab	(53.184,74)	64.215,36	-	(117.400,10)
Equip Processamento de Dados	(113.133,18)	55.027,57	-	(168.160,75)
Mobiliário em Geral	(14.800,07)	9.946,92	-	(24.746,99)
Maq Utens e Equip Diversos	(1.191,44)	2.811,73	-	(4.003,17)
Apar e Utens Domesticos	(3.669,80)	3.081,28	-	(6.751,08)
Equip p/Audio Video e Foto	(1.793,71)	861,99	-	(2.655,70)
Outros Matérias Permanente	-	21,50	-	(21,50)
Software	(57.512,84)	43.831,37	-	(101.344,21)
Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros	(245.285,78)	179.797,72	-	(425.083,50)

referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **4.1 - Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios são de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R1) Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios.

4.1.1 - Rendimentos sobre Aplicação Financeira - Receitas Financeiras com Restrição: Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos à Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamental. Em 2019 tais valores representam o montante de R\$ 80.926,36.

4.2 - Custos e Despesas Operacionais: Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **4.3- Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC Nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo

é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2019, a Associação recebeu Assistências Governamentais Estaduais conforme quadro abaixo:

Contratos	R\$
Nº 001.0500.000.006/2016	8.541.897,03
Total	8.541.897,03

5 - Patrimônio Líquido: A SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12 (Item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15A), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2019 e 2018, respectivamente. **6 - Resultado Operacional (Subvenção):** Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 R1 - Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa "zero". A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composto de Receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos na ordem de R\$ 8.541.897,03; acrescidos de Outras Receitas no valor de R\$ 88.128,67; e deduzidas das Despesas e Custos Operacionais na ordem de R\$ 10.323.593,93; encerrando o exercício com um resultado deficitário no valor de R\$ (1.693.568,23). **6.1 - Ênfase ao Resultado:** Esse desequilíbrio financeiro está associado a supressão total do custeio para do mês de dezembro de 2018 e a supressão de 40.9% no valor do custeio nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2019, no mês de abril e setembro, a Unidade foi contingenciada financeiramente, pelo não cumprimento da meta contratual de SADT Externo, considerando que a Unidade permanece com o mesmo valor de Custeio desde do ano de 2016, não acompanhando os índices de reajustes aplicados nos dissídios coletivos das categorias trabalhadoras e índice inflacionários. **7 - Das Disposição da Lei 12.101 e Portaria 834/16:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das interações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As interações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com o artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% (dez por cento) dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. Em 2019, o Ame Idoso Sudeste apresentou a seguinte produção:

Detalhe Original	2019
Atendimento não Médico	13.050
Atendimentos em Grupos	2.389
Cirurgia ambulatorial	2.405
Consulta médica	45.387
Procedimentos Odontológicos	582
Procedimentos Terapêuticos - (Sessões)	12.724
Serviço Odontológico	-
Serviço Social	437
SADT Total	121.648

Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2019

Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	
Consulta médica	24.522	22.536	24.522	23.193	49.044
Consulta não médica	6.000	6.551	6.000	6.405	12.000
Cirurgia ambulatorial	1.320	1.346	1.320	1.509	2.640
SADT Externo	3.924	2.963	3.924	3.845	7.848
Atendimento odontológico	1.140	1.199	1.140	1.175	2.280
Procedimentos Terapêuticos não médicos - Sessões	9.048	8.199	9.048	8.260	18.096
Atendimento em Grupo	6.048	11.295	6.048	17.171	12.096

Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montada em 2019 é de R\$ 1.714.257,70 e em 2018 é de R\$ 1.546.866,10. **9.2 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2019 de R\$ 309.491,75 e em 2018 R\$ 281.375,18. **9.3 - Isenção para PIS sobre a Folha de Pagamento:** Em virtude do Acórdão Publicado em 03.07.2019 pelo Desembargador Marcelo Mesquita Saraiva, nos Embargos de Declaração em Apelação/Remessa Necessária nº 0027951-41.2004.4.03.6100/SP - 2004.61.00.027951-7/SP, a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina garantiu o direito a manutenção da imunidade ao PIS sobre a folha de pagamento, cabendo a restituição de valores recolhidos em anos anteriores, devidamente corrigidos pela taxa Selic, como prevê o acórdão abaixo. A unidade estima recuperar o montante de R\$ 144.011,39 pagos no período de 2016 a 2019 mediante apresentação dos respectivos comprovantes em processo judicial a ser movido no primeiro semestre de 2020.

9.5 - Trabalho Voluntário: Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntário, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A instituição possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Em 2019, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.154,93; em 2018 estes valores foram de R\$ 2.249,89. Enquanto os outros trabalhos voluntários em 2019 totalizaram R\$ 7.366,65; em 2018 estes os valores apurados foram de R\$ 4.572,19. **10 - Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. No Exercício de 31/12/2019 o saldo dessa conta é de R\$ 3.191,49. **11 - Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de dezembro de 2019.

Washington de Oliveira da Silva - Contador - CRC 271587/O-9

Relatório dos Auditores Independentes

Opinião sobre as Demonstrações contábeis: Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Ambulatório Médico de Especialidades - AME Idoso Sudeste que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as Demonstrações Contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas,

➤ **continuação** auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a

adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 27 de março de 2020. **Audisa Auditores Associados** - CRC/SP 024298/O-3. **Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior** - Contador - CRC/RS 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04

certificadodigital

um serviço com a excelência Imprensa Oficial

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conheça o nosso novo portal de certificados digitais

Mais facilidade e agilidade na compra de seu certificado



Acesse e descubra

certificadodigital.imprensaoficial.com.br

